



# Nomenclatura Gramatical Brasileira sob a perspectiva da Política Linguística

## Brazilian Grammatical Nomenclature from a Language Policy perspective

Lucielma de Oliveira BATISTA\*

Tamires de Lima SANTIAGO\*\*

**RESUMO:** A Nomenclatura Gramatical Brasileira, também denominada pela sigla correspondente, NGB, foi instituída em 1959 pela Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro do mesmo ano, com o objetivo declarado de simplificar e uniformizar a metalinguagem utilizada no espaço educacional face à diversidade terminológica existente, à época. Sendo produto de uma política linguística voltada para o ensino, a NGB repercutiu de modo significativo não apenas nas práticas pedagógicas dos professores de Língua Portuguesa, em sala de aula, como também na reconfiguração dos materiais gramaticográficos. Considerando os resultados dessa política, ecoados até hoje, buscamos observar como se procedeu o processo sociopolítico-ideológico de *criação* da NGB, pelas lentes do campo disciplinar da Política Linguística, notadamente a partir da noção de Política Linguística de Johnson (2009), dada a compreensão de que a implantação de uma política linguística é, também, fruto de uma atmosfera

**ABSTRACT:** The Brazilian Grammatical Nomenclature, also known by its corresponding acronym, NGB, was instituted in 1959 by Ministerial Ordinance no. 36 of January 28 of the same year, with the declared goal of simplifying and standardizing the metalanguage used in the educational space in face of the terminological diversity existing at the time. As a product of a language policy focused on teaching, the NGB had significant repercussions not only on the pedagogical practices of Portuguese language teachers in the classroom, but also on the reconfiguration of grammatical materials. Considering the results of this policy, echoed until today, we seek to observe, through the lenses of the disciplinary field of Language Policy, notably from Johnson's notion of Language Policy (2009), given the understanding that the implementation of a language policy is also the result of a socio-political intellectual atmosphere of the period from which it emerges. Methodologically,

\* Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0617-826X>. [lucielmaobmm@gmail.com](mailto:lucielmaobmm@gmail.com)

\*\* Mestranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9566-9254>. [santiagoltamires@gmail.com](mailto:santiagoltamires@gmail.com)

intelectual sócio-política do período do qual emerge. Metodologicamente, este estudo guia-se pelos parâmetros da pesquisa documental, qualitativa e interpretativista (LIN, 2015). A análise aponta para os seguintes achados: (i) o contexto macrosocial foi fundamental para o delineamento do projeto que culminou na elaboração da NGB; (ii) a criação da nomenclatura teve a atuação de agentes políticos, como o ministro Clóvis Salgado e, notadamente, agentes intelectuais, a saber, professores de formação filológica e atuantes no Colégio Pedro II; (iii) a unificação terminológica deixa de ser entendida em uma perspectiva estrita e puramente linguístico-pedagógica para ser compreendida, neste estudo, como uma política linguística que confere concretude a políticas do Estado Nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** NGB. Língua Portuguesa. Ensino de língua portuguesa. Categorias metalinguísticas. Política Linguística.

this study is guided by the parameters of documentary, qualitative, and interpretivist research (LIN, 2015). The analysis points to the following findings: (i) the macrosocial context was fundamental for the delineation of the project that culminated in the elaboration of the NGB; (ii) the creation of the nomenclature had the action of political agents, such as the minister Clóvis Salgado and, notably, intellectual agents, namely, teachers with philological education and active in Colégio Pedro II; (iii) the terminological unification ceases to be understood in a strict and purely linguistic-pedagogical perspective to be understood, in this study, as a linguistic policy that gives concreteness to National State policies.

**KEYWORDS:** NGB. Portuguese language. Portuguese language teaching. Metalinguistic categories. Linguistic Politics.

## 1 Introdução

Embora pouco conhecida, até mesmo por alguns profissionais da área disciplinar Língua Portuguesa, a Nomenclatura Gramatical Brasileira, ou simplesmente NGB, Documento do Ministério da Educação e Cultura, instituído em 1959, pela Portaria Ministerial nº 36, de 28 de janeiro, foi idealizada sob o argumento imediato de suprir a necessidade de uniformização de termos gramaticais face à diversidade terminológica que circulava no universo escolar, até a primeira metade do século XX.

Os objetivos explícitos da NGB propunham uma resolução objetiva e utilitarista da problemática da flutuação terminológica de categorias gramaticais. No entanto,

várias foram as implicações dessa política linguística, pois, embora se tratasse apenas de uma recomendação, a adoção da terminologia sugerida pela NGB acabou servindo de baliza e se constituindo como força normativa (BALDINI, 1999; VIEIRA, 2018).

Dessa forma, se observou, a partir da publicação da NGB, impactos diretos em duas frentes. A primeira diz respeito à unificação terminológica das atividades pedagógicas do ensino de língua portuguesa, tanto no espaço da sala de aula, quanto em processos de seleções e avaliações – especialmente nas avaliações para promoção de série e para ingresso em cursos de nível superior (RAZINNI, 2000; HENRIQUES, 2009).

A segunda frente, por sua vez, incide na reconfiguração da produção de gramáticas, ou seja, na modelação dos materiais produzidos à época, ou no que chamamos de “orquestração gramaticográfica”. Os itens gramaticais, listados como nomenclatura oficial, passam a definir o modelo e a organização de conteúdos gramaticais que deveriam constar nas gramáticas, notadamente nas gramáticas que circulavam no espaço escolar: as chamadas gramáticas pedagógicas (VIDAL NETO, 2020), únicos instrumentos pedagógicos usados à época. Na esteira desse pensamento, Vidal Neto (2020) aponta a relação entre as orientações oficiais e as produções gramaticais ao constatar que os conteúdos das gramáticas escolares passam a ser dirigidos por organismos estatais, como programas de ensino, portarias e orientações metodológicas oficiais. Partindo de uma relação de consequência, o mesmo estudioso destaca a mudança do papel do gramático, que perde autonomia na elaboração das suas gramáticas para poder se alinhar aos textos oficiais e ter o seu livro vendido e adotado nas escolas.

Nesse sentido, após a vigência da Portaria, se observou uma espécie de atualização das gramáticas, isto é, uma adaptação terminológica e uma reorganização dos conteúdos (a partir da distribuição do conteúdo em fonologia, morfologia e sintaxe), tanto em gramáticas anteriores à NGB quanto em produções gramaticais

posteriores, causando, portanto, uma reestruturação na produção dos instrumentos gramaticais (BALDINI, 1999; VIEIRA, 2018). A recepção deste documento no contexto escolar e no contexto gramaticográfico fez com que a NGB se tornasse um verdadeiro “direcionador organizacional e terminológico na tradição gramatical” (VIEIRA, 2018, p. 186).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa está inserida no campo disciplinar da Política Linguística e objetiva analisar fatores que constituíram a fase de *criação* da NGB. Para isso, partimos da noção de política linguística enquanto um *processo*, termo cunhado por Ricento e Hornerberger (1996) e ampliado por Johnson (2009) e Johnson (2012). Ao teorizarem acerca da política linguística como um processo, no sentido de que esta se desenvolve a partir de diferentes fases, os teóricos postularam as etapas de *criação*, *interpretação*, *apropriação* e *instanciação*. Especificamente, neste trabalho, exploramos a etapa da *criação* da NGB, tentando responder três das questões levantadas por Johnson (2009): (i) *quais foram os processos sociopolíticos e históricos que levaram à criação da NGB?*; (ii) *quem foram os elaboradores da NGB?*; e (iii) *qual é o objetivo da NGB, enquanto uma política linguística?*

Por ser pouco conhecida, inclusive entre alunos de Letras e professores da Educação básica (HENRIQUES, 2009), os trabalhos relacionados à Nomenclatura Gramatical Brasileira não são muitos. Com o objetivo de conhecer o estado da arte sobre o tema, em uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, encontramos, a partir dos descritores “NGB” e “Nomenclatura Gramatical Brasileira”, sete pesquisas, das quais apenas três têm a NGB como objeto de estudo, enquanto as demais a mencionam como divisor temporal para recorte de *corpus*.

A primeira pesquisa com foco na NGB é de autoria de Baldini (1999). O autor analisa o discurso de filiação da NGB no contexto de gramatização pós-promulgação da portaria, a partir da Análise do Discurso de linha francesa. A segunda, de autoria de Silva (2011), propõe uma revisão da classificação dos verbos e das vozes verbais do

português brasileiro, propostos na Nomenclatura Gramatical Brasileira, à luz da Teoria da Regência e Ligação de base chomskyana (1981). Por fim, o terceiro trabalho, de autoria de Silva (2017), discute a compreensão discente sobre a terminologia gramatical da Língua Portuguesa utilizada em sala de aula.

Para ampliar o horizonte de pesquisas sobre a temática da NGB, realizamos também um levantamento no Portal de Periódicos da CAPES, usando os mesmos descritores: “NGB” seguido de “Nomenclatura Gramatical Brasileira”, ocasião na qual localizamos dois artigos que tratam de forma específica da nomenclatura. São eles: Amorim (2011), cuja preocupação reside na comparação de terminologias anteriores e posteriores à NGB; e Neves (2011), que, fundamentando-se na Linguística Histórica, investiga a presença da terminologia gramatical grega na nomenclatura brasileira. Acrescente-se que nenhum dos trabalhos citados abordam a NGB sob a ótica da Política Linguística, foco aqui empreendido, o que confere ao presente estudo um caráter inovador.

Diante do exposto, observamos que os estudos que se debruçaram sobre a Portaria e seus resultados o fizeram, sobretudo, para observar seus reflexos no ensino ou para fazer demarcações temporais. Nesse sentido, estudar a NGB mostra-se relevante, visto o seu desdobramento em contextos além dos esperados a princípio. Dessa forma, este trabalho, ao se fundamentar na Política Linguística, um campo disciplinar em crescimento no Brasil, preenche uma lacuna e traz uma nova compreensão sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira, ao focar, sobretudo, nos aspectos macropolíticos.

Em virtude dos nossos objetivos e da natureza dos dados, metodologicamente nos orientaremos pelo paradigma interpretativista (LIN, 2015). Realizamos uma abordagem qualitativa e, mais especificamente, uma análise documental (GONÇALVES, 2004) aliada a uma revisão bibliográfica. Para a análise documental, analisamos os seguintes textos: (a) a Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959;

(b) uma entrevista com o professor Evanildo Bechara – contemporâneo à época de criação da NGB; e (c) os prefácios de duas gramáticas publicadas imediatamente após a promulgação da lei. Para a revisão bibliográfica, nos debruçamos sobre trabalhos que retomam aspectos macropolíticos e educacionais da primeira metade do século XX.

Em atendimento aos objetivos propostos, dividimos o trabalho em quatro seções. Na primeira delas, situamos a Política Linguística como um campo (inter/multi) disciplinar, com base em Ricento (2000), e exploramos a fundamentação teórica acerca da política linguística como processo, baseadas em Johnson (2009), Johnson (2012) e Johnson e Ricento (2013). Na segunda, situamos a metodologia na abordagem qualitativa interpretativista, de cunho documental, conforme definem Lin (2015) e Gonçalves (2004), respectivamente. Na terceira seção, correspondente a nossa análise, buscamos responder às perguntas delimitadas a partir da proposta de Johnson (2009), no tocante ao processo de *criação* da NGB. Por fim, na quarta seção, tecemos algumas considerações sobre os resultados a que chegamos.

## 2 A política linguística como campo (inter/multi) disciplinar

Como campo disciplinar, a Política Linguística é uma área que remonta à segunda metade do século XX e teve sua origem intrínseca aos estudos Sociolinguísticos (CALVET, 2007). Disciplinarmente, está situada no campo das Ciências Sociais e Humanas, como também no campo da Linguística Aplicada (SPOLSKY, 2005 *apud* SOUSA; PONTE; SOUSA-BERNINI, 2019), comungando da ideia de interdisciplinaridade, concebida por Ricento (2000, p. 208), isto é, um campo “multidisciplinar e interdisciplinar que abrange as disciplinas centrais de lingüística, ciência política, sociologia e história”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Texto original: “[M]ultidisciplinar and interdisciplinar field that embraces the core disciplines of linguistics, political Science, sociology, and history” (RICENTO, 2000, p. 208). Todas as traduções deste artigo são de nossa responsabilidade.

Do ponto de vista do seu desenvolvimento, a Política Linguística, assim como outras ciências, teve seu curso desenhado a partir de fatores sociais, de paradigmas científicos e de interesses específicos dos pesquisadores. Ricento (2000) denomina esses fatores selecionados de *macrossociopolíticos*, *epistemológicos* e *estratégicos* e os responsabiliza, de forma conjunta ou individual, pelo delineamento dos tipos de pergunta, de metodologia adotada e de objetivos almejados dentro do campo.

A evolução do campo intelectual da Política Linguística é reconstruída por Ricento (2000), em três fases históricas. A primeira delas é a fase denominada *Descolonização, estruturalismo e pragmatismo*. Tem início a partir da década de 1960 e é caracterizada pelos processos de descolonização e formação de novos Estados-Nações; pela predominância do estruturalismo nas ciências sociais; e pela crença generalizada, no Ocidente, de que os problemas de linguagem poderiam ser resolvidos por meio de planejamento (RICENTO, 2000). Nessa fase “[o] planejamento do *status* e do *corpus* eram vistos como atividades mais ou menos separadas e ideologicamente neutras”<sup>2</sup>, acrescenta Ricento (2000, p. 200). É própria dessa etapa uma vontade de unificação linguística, de modernização da língua nacional e de desenvolvimento de gramáticas e dicionários – com foco na seleção de um idioma nacional. Essa etapa é denominada de positivista ou técnica, no sentido de que, diante da diversidade linguística, havia uma atuação predominante de filólogos e linguistas como técnicos na regulação das agendas nacionais de unificação linguística. Destaca-se, ainda, a visão sintética de que a “diversidade linguística apresentava obstáculos para o desenvolvimento nacional, enquanto a homogeneidade linguística estava associada à modernização e à ocidentalização”<sup>3</sup> (RICENTO, 2000, p. 198).

---

<sup>2</sup> Texto original: “Status and corpus planning viewed as more or less separate activities and, ideologically neutral” (RICENTO, 2000, p. 200).

<sup>3</sup> Texto original: “linguistic diversity obstacles for national development, while linguistic diversity was associated with modernization and Westernization” (RICENTO, 2000, p. 198).

A segunda fase foi intitulada *Fracasso da modernização, sociolinguística crítica e acesso*, delineada entre 1970 e 1980, sendo esboçada por continuidades e descontinuidades nos interesses de investigação da Política Linguística. Historicamente, foi marcada pelo fracasso das políticas de modernização, o que levou à reconfiguração do campo a partir da consciência de inadequação das tentativas de planejamento linguístico empregadas na primeira fase. Observou-se forte interesse por temas sociolinguísticos, como hierarquização e estratificação de populações, como também pelo papel da língua e da cultura na constituição das unidades nacionais. O foco dessa fase passa a ser os efeitos sociais, econômicos e políticos do contato linguístico, sintetizados nos termos de Ricento (2000): “o comportamento linguístico era o comportamento social, motivado e influenciado por atitudes e crenças de falantes e comunidades de fala, bem como por forças macroeconômicas e políticas”<sup>4</sup> (RICENTO, 2000, p. 203). É possível observar uma mudança na postura do fazer científico, o qual passa a valorizar o significado que os sujeitos atribuem às suas ações, bem como a consideração dos aspectos sociais e contextuais.

A terceira e última fase, denominada *Nova ordem mundial, pós-modernismo e direitos humanos linguísticos* – fase crítica ou pós-moderna –, teve início em meados da década de 1980 e se estende até os dias atuais. Historicamente, é marcada por migrações populacionais em massa, ressurgimento de identidades étnicas nacionais, globalização do capitalismo e evolução das identidades nacionais. Discute-se a aceitação dos direitos humanos linguísticos por Estados e organismos internacionais como princípios universais, além das relações entre políticas linguísticas, ideologias e relações de poder. Nessa fase, se pode falar em um paradigma da ecologia da linguagem sob a influência de teorias e métodos de pesquisa críticos e pós-modernos,

---

<sup>4</sup> Texto original: “linguistic behavior was social behavior, motivated and influenced by attitudes and beliefs of speakers and speech communities, as well as by macro-economic and political forces” (RICENTO, 2000, p. 203).

o que muda fundamentalmente o foco das pesquisas em Política Linguística, assim como o papel dos indivíduos e das coletividades (agentes) nos processos de uso da linguagem, atitudes e políticas (RICENTO, 2000). Esta fase pode ser sintetizada no questionamento: “[p]or que os indivíduos optam por utilizar (ou deixam de utilizar) determinadas línguas e variedades para funções específicas em diferentes domínios, e como essas escolhas influenciam – e como são influenciadas por – a tomada de decisões políticas em matéria de línguas institucionais?”<sup>5</sup> (RICENTO, 2000, p. 208).

O percurso histórico exposto ilustra o crescimento e o amadurecimento da Política Linguística como um campo do conhecimento aberto a diferentes perspectivas como, de fato, uma área *multi-interdisciplinar*. Em se tratando do contexto nacional, é importante ressaltar que essas fases não ficam evidentes nos estudos de Política Linguística no Brasil, uma vez que a emergência desse campo, no cenário nacional, ocorre de forma um pouco mais tardia.

O campo da Política Linguística passa a se constituir como área de interesse de pesquisa, em âmbito nacional, apenas no século XXI, especificamente a partir de 2009, e tem, cada vez mais, se tornado foco de investigação decorrente do crescente interesse pela área, em âmbito brasileiro, sob a rubrica de Planejamento e Política Linguística (PPL) (SOUSA; PONTE; SOUSA-BERNINI, 2019). Ainda segundo estas autoras, o crescimento da área está relacionado, possivelmente, a dois outros fatores também importantes para a consolidação da Política Linguística como campo disciplinar, quais sejam: (i) a influência do também crescente número de programas de pós-graduação, que praticamente triplicou em duas décadas – passando de 68, em 1998, para 198 programas, em 2017; assim como (ii) a grande produção de programas e documentos

---

<sup>5</sup>Texto original: “Why do individuals opt to use (or cease to use) particular languages and varieties for specified functions in different domains, and how do those choices influence – and how are they influenced by – institutional language policy decision-making?” (RICENTO, 2000, p. 208).

oficiais pelo Estado brasileiro voltados para a educação, a partir da década de 1990, gerando uma disponibilidade de *corpus* de análise para muitas pesquisas.

Embora não exista uma correspondência direta entre as fases da Política Linguística em contexto internacional e no contexto brasileiro, a proposta da uniformização linguística da NGB muito se assemelha às inspirações da primeira fase, sedenta por resolução de problemas, uniformização da língua e valorização de uma unidade linguística. Ademais, cabe ressaltar que a unificação da nomenclatura gramatical não constitui um fato isolado e pioneiro do Brasil. Outros países como França (1929), Portugal (1968) e Bélgica (1960) também adotaram uma unificação gramatical em seus sistemas educacionais (HENRIQUES, 2009).

A fim de melhor compreender o processo de criação da NGB, apresentamos, a seguir, a noção ampliada de Política Linguística como *processo*, conforme Johnson (2009), Johnson (2013) e Johnson e Ricento (2013).

## 2.1 A Política Linguística enquanto processo

Como já discutido, a ideia de Política Linguística mudou com o tempo, em virtude de aspectos macrossociais, epistemológicos e estratégicos, como também, e de forma especial, em decorrência dos avanços dos estudos linguísticos e de disciplinas das áreas das ciências humanas e sociais. Ricento e Hornberger (1996 *apud* JOHNSON; RICENTO, 2013), inseridos na terceira fase, diferem dos pesquisadores anteriores ao trazerem para as discussões não só fatores do nível macro, mas também do nível microssociopolítico. Por essa perspectiva, os autores, utilizando a metáfora da cebola, apresentam a ideia de Política Linguística como um *processo*, que ocorre em diferentes camadas, e cujos níveis, agentes e processos se interrelacionam.

Corroborando com essa perspectiva, Johnson (2009), compreendendo também a política como *processo*, aprofundou, descreveu e utilizou categorias metodológicas advindas do campo da Etnografia na Política Linguística. Tais categorias

metodológicas possibilitaram analisar, de forma mais explícita, o papel desempenhado por agentes presentes “nos níveis mais internos das camadas”. No caso do ensino, podemos citar professores, diretores, entre outros.

Johnson (2009) acredita que as Políticas Linguísticas não são homogêneas e que sofrem diversas influências, desde sua criação até a sua apropriação, consequência, justamente, de seu caráter processual. Em outras palavras, até alcançar a fase de execução, as políticas linguísticas percorrem um caminho em que terão diferentes interpretações e serão, à vista disso, modificadas, sobretudo para serem adequadas ao contexto de aplicação.

O processo que envolve a promulgação de uma Política Linguística abrange, de acordo com Johnson (2009), três fases, cujo desenvolvimento vai ser orientado pelas ideologias dos agentes envolvidos, como também pelo poder que possuem (JOHNSON; JOHNSON, 2015). Sendo assim, “[...] é útil analisar como os próprios criadores interpretam as intenções de uma política porque suas crenças ajudam a formar o discurso dentro e fora do texto político e ajudam a contextualizar sua interpretação”<sup>6</sup> (JOHNSON, 2009, p. 147).

No escopo do construto apresentado, a fase de *criação* de uma política envolve fatores relacionados ao contexto sócio-histórico em que esta política está inserida, às motivações que levaram à sua criação e aos agentes que estão por trás de sua elaboração.

Ressalta-se ainda que, para Johnson (2009), outras políticas linguísticas podem interferir nessa etapa, do mesmo modo que outras políticas públicas, dado o caráter intertextual e interdiscursivo desses textos. Logo, evidencia-se o diálogo entre as

---

<sup>6</sup> No original: “(...) it is still useful to analyze how the creators *themselves* interpret the intentions of a policy because their beliefs help form the discourse within and without the policy text and help contextualize its interpretation” (JOHNSON, 2009, p. 147).

políticas e os discursos de seus agentes, acentuando o entrelaçamento de interpretações no processo de *criação* destas políticas linguísticas.

Duas outras fases, embora não exploradas como categorias nesta análise, e por isso, mencionadas sumariamente, são a *interpretação* e a *apropriação*, ambas intrinsecamente ligadas à anterior. A *apropriação* ocorre, especialmente, por aqueles que executarão a política linguística, sobretudo a partir da interpretação que tiverem. Assim, “as políticas linguísticas podem emergir de intenções e ideologias heterogêneas e podem ser interpretadas e apropriadas de maneiras variadas — tanto a criação quanto a apropriação são muitas vezes caracterizadas por contestação e conflito”<sup>7</sup> (JOHNSON, 2009, p. 154), movimentos importantes para o processo que envolve as políticas linguísticas, em razão de promoverem o diálogo entre os níveis macro e micropolíticos.

Johnson (2012 *apud* SOUZA; PEREIRA; VILAR, 2019, p. 195) propõe uma quarta fase, a fase de *instanciação*, para referir-se às práticas linguísticas decorrentes das políticas estabelecidas.

Nesse sentido, há uma expansão do que Ricento e Hornberger (1996), haviam afirmado sobre a posição dos professores nas políticas linguísticas. Johnson (2009) e Johnson (2012) possibilitaram não só uma continuação ao que foi proposto pelos dois primeiros, no que diz respeito à posição do professor na política linguística, como também reforçaram sua importância no processo de aplicação dessas políticas, principalmente em relação ao ensino de língua. Essa nova perspectiva coloca esses profissionais num papel ativo, de agente que não é apenas um executor do que é normatizado por instâncias superiores. Dessa forma, professores e outros envolvidos

---

<sup>7</sup> No original: “(...) language policies may emerge from heterogeneous intentions and ideologies and may be interpreted and appropriated in varying ways—both the creation and the appropriation is often characterized by contestation and conflict” (JOHNSON, 2009, p. 154).

no processo de ensino passam a ser vistos como agentes mobilizadores e, de certa forma, cocriadores dessas políticas.

Tendo exposto todo o cenário da Política enquanto processo, pontuamos a necessidade de ver a NGB enquanto produto de uma lei governamental e da discussão de um grupo de estudiosos, que influenciou o ensino de língua portuguesa e a produção gramaticográfica. Ademais, pensar na NGB como uma política linguística nos permite refletir o que é pontuado por Johnson (2009) a respeito do papel de diferentes agentes na (re)criação de políticas – neste caso, de uma que está em vigor há mais de 50 anos, normatizando a terminologia metalinguística.

### 3 Metodologia

Metodologicamente, nossa pesquisa é de abordagem qualitativa e de cunho documental e bibliográfica. Inicialmente realizamos uma análise documental que, conforme Gonçalves (2004, p. 59), oferece “a vantagem de colocar o investigador perante dados em cuja produção não (com)participou”, assim como “permite inferências sobre os seus produtores, bem como sobre os seus contextos e destinatários” (GONÇALVES, 2004, p. 59). Paralelamente, procedemos a uma revisão bibliográfica, utilizando trabalhos que tratam do ensino e dos aspectos sociopolíticos e históricos que o envolveram na segunda metade do século XX. Desta forma, julgamos possível ir ao encontro de nossos objetivos de reconstrução de um arcabouço contextual da elaboração da NGB, para, assim, compreender seu processo de *criação*.

Ademais, em se tratando de paradigma científico, nos inserimos em uma perspectiva interpretativista, a qual valoriza a compreensão dos significados sobre as razões das ações humanas, conforme esclarece Lin (2015):

A chave para entender esses significados sócio-históricos, normas, valores, crenças, disposições – ou formas de estar no mundo – reside no interesse prático em entender como os seres humanos fazem sentido e alcançam a intersubjetividade (ou seja, compreender os

significados uns dos outros) através de recursos semióticos (ou seja, significados) como os fornecidos pela linguagem. O interesse prático humano, assim, impulsiona a investigação sobre interação social ou ação comunicativa a fim de alcançar a compreensão de *como* (diferentes grupos socioculturais) as pessoas estão fazendo *o que* estão fazendo e também *por que* [...]. A tradição histórica-hermenêutica do inquérito [...] está relacionada a esse interesse prático (LIN, 2015, p. 23, tradução própria, grifos nossos)<sup>8</sup>.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, realizamos uma análise documental e uma revisão bibliográfica para a (re)construção da atmosfera contextual, política e histórica que influenciou o processo de *criação* da NGB. Os textos analisados são:

- a) a Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959, que recomenda a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira;
- b) uma entrevista com o professor Evanildo Bechara – contemporâneo à época da criação da NGB, realizada pelo grupo de pesquisadores da Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), realizada no dia 01 de dezembro de 2017. As perguntas da entrevista foram elaboradas previamente e versavam sobre as lembranças gerais do gramático, as relações com os membros da comissão, o processo de elaboração, as decisões dos membros sobre o projeto e sobre as relações da NGB com o contexto de ensino na contemporaneidade. Toda a entrevista foi gravada, transcrita e publicada no livro *Evanildo Bechara e os bastidores da NGB* (CÂMARA *et. al*, 2020);

---

<sup>8</sup> No original: “The key to understanding these socio historical meanings, norms, values, beliefs, dispositions or ways of being in the world – lies in the practical interest in understanding how humans make meaning and achieve interactivity to understanding each other's meanings) through semiotic he is meaning making) resources such as those provided by language. The human practical interest thus drives inquiry into social interaction or communicative action in order to achieve understanding of how different sociocultural groups of people are doing what they are doing and also why (but answering “why” in terms of human meaning, reasons, and not in terms of physical causation).” (LIN, 2015, p. 23).

c) prefácios de duas gramáticas tradicionais, escolhidas por terem sido publicadas imediatamente após a promulgação da NGB: a *Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical* (KURY, 1959) e *Gramática resumida: de acordo com a nova nomenclatura gramatical* (ARNULFO, 1960 – pseudônimo de Celso Pedro Luft).

Ademais, outras pesquisas que se debruçam sobre aspectos sócio-históricos e políticos ocorridos no mesmo período de elaboração da nomenclatura foram importantes, já que suas reflexões nos possibilitaram compreender melhor os fatores contextuais de produção.

A partir do percurso metodológico apresentado, a análise dos dados visa à construção de relações entre os fatores macro e micro sociopolíticos que constituíram o cenário favorável à elaboração e a concretização do projeto de unificação da nomenclatura gramatical.

#### **4 Análise dos dados**

Nesta seção, para melhor compreendermos a etapa de criação da NGB e para alcançar nosso objetivo, buscamos responder às questões citadas anteriormente: (4.1) *quais foram os processos sociopolíticos e históricos que levaram à criação da NGB?*; (4.2) *quem foram os elaboradores da NGB? e*; (4.3) *qual é o objetivo da NGB?*, a começar pela primeira pergunta:

##### **4.1 Quais foram os processos sociopolíticos e históricos que levaram à criação da NGB?**

Pensar nos processos sociopolíticos e históricos de dado momento é, sem dúvida, uma tentativa de recriação do “espírito da época”. Nesse sentido, buscamos apresentar fatos e movimentos que constituíram o pano de fundo da *criação* da

Nomenclatura Gramatical Brasileira. No tocante a processos macro e microsociopolíticos, destacamos cinco principais:

#### **4.1.1 o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e regulamentação oficial do ensino**

O período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é marcado pelo desenvolvimento do processo de industrialização, pelo acesso da população a tecnologias e inovações, a bens de consumo, além de uma maior estabilidade econômica e política (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Com o objetivo de desenvolver a industrialização no país e, conseqüentemente, a economia, Kubitschek abriu o mercado para a entrada de capital estrangeiro, facilitando a chegada de multinacionais ao Brasil. Com essa política desenvolvimentista, novas demandas de trabalho surgiram ligadas às relações de trabalho recém-criadas pelas multinacionais implantadas no país (FAUSTO, 2019, p. 367), exigindo maiores qualificações dos trabalhadores.

Nesse contexto, no período de criação da NGB, a industrialização estava em forte desenvolvimento no país (FRANCO; ALMEIDA; ZANON, 2008), o que favoreceu o investimento em escolas, principalmente para as classes mais vulneráveis, a fim de atender a demanda de mão de obra qualificada. Ou seja, “[o] espírito desenvolvimentista inverteu o papel do ensino público, colocando-o (...) com o objetivo de formação de mão de obra para o mercado de trabalho” (FRANCO; ALMEIDA; ZANON, 2008, p. 54), objetivo este já almejado anteriormente no governo do Estado Novo e no segundo governo de Getúlio Vargas.

No tocante à regulamentação do ensino, na primeira metade do século XX, reformas importantes na educação foram implementadas, como a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4244/1942), pelo Ministério Capanema, por meio da centralização da educação nacional e normativa, que fixava em leis as atividades educacionais e os conteúdos dos currículos. Nos termos de Schwartzman (1985, p. 268)

“[n]ão havia lugar para incrementalismo e muito menos para pluralismo”. Desta forma, percebe-se que o intento prioritário do Estado era a consolidação dos projetos socioeconômicos, e o ensino mostrou-se um instrumento valioso para esse empreendimento.

De acordo com a reforma Capanema, por exemplo, caberia às escolas secundárias a formação das elites, mantendo seu *status quo*, e às escolas primárias e técnicas a formação da grande massa, ou seja, o ensino secundário se destinava a uma formação humanística e científica e o ensino técnico voltava-se para a formação imediata de mão de obra qualificada (SCHWARTZMAN, 1985).

Mesmo que a literatura aponte a diminuição do analfabetismo nesse ínterim, o aumento do número de escolas secundaristas e o maior acesso à educação por parte da população mais pobre, observou-se que o cenário educacional brasileiro continuava passando por dificuldades político-estruturais de forma ampla e teórico-metodológicas, o que abriu espaço para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1961 (FRANCO; ALMEIDA; ZANON, 2008).

Assim, é possível pensar que a NGB foi consumada não só para simplificar a nomenclatura empregada e melhorar a educação, mas também para cumprir uma agenda política de Estado que visava a homogeneização do ensino, a fim de possibilitar a formação de trabalhadores qualificados – dando continuidade a uma agenda de desenvolvimento econômico e social.

#### **4.1.2 o crescente número de instituições de nível superior e a realização de exames para admissão**

A segunda metade do século XX assistiu à institucionalização de diversas universidades, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920) – primeira universidade brasileira; seguida de outras tantas, como a Universidade Federal de Minas Gerais (1927), a Universidade Federal São Paulo (1934), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1944), a Universidade Federal da Bahia (1946), a Universidade

Federal de Pernambuco (1946). Posteriormente somadas a 13 universidades fundadas na década de 1950 e mais 31 instituições inauguradas na década de 1960 (RAZZINI, 2000, p. 24).

Com a finalidade de preparar os alunos para realizarem os exames seletivos para o ingresso no ensino superior, foram criados cursos preparatórios anexos às próprias instituições. É nesse contexto de alta demanda de preparação para cursos preparatórios que surgem as escolas secundárias – liceus, ginásios e ateneus – no país, configurando uma significativa mudança na educação básica, que passa a existir como uma tarefa de Estado (RAZZINI, 2000).

Somados aos fatores apontados, tem destaque ainda a institucionalização do componente de Língua Portuguesa como disciplina obrigatória nos exames de admissão nas universidades, por meio da Reforma Francisco Campos (1931-1932). Posteriormente, tem relevo a Reforma Capanema (1942), que aumentou a abrangência e a carga horária do componente curricular Língua Portuguesa.

Desta forma, o crescente número de instituições de nível superior, a necessidade de realização de exames para admissão e as reformas educacionais que expandiram a carga horária do componente Língua Portuguesa constituíram fatores preponderantes para o nascimento do ensino secundário, cujo crescimento acentuou a necessidade da padronização das terminologias gramaticais.

#### **4.1.3 A necessidade pragmática de uma unificação terminológica para atender o ensino secundário**

Na segunda metade do século XX, o ensino no Brasil ainda tinha como foco atender às camadas privilegiadas da população, com destaque para o Colégio Pedro II, fundado em 1837, e considerado o “grande diretor dos movimentos educacionais no Brasil” (BECHARA, 2000 *apud* RETONDAR *et al.*, 2000, p. 52).

Em decorrência dos exames para admissão nas universidades, o Pedro II se tornou um espaço profícuo à produção e à percepção da diversidade terminológica

gramatical para fazer menção aos fatos da língua. No espaço do Colégio Pedro II, o imbróglho terminológico ganha corpo, sobretudo com a consolidação da disciplina de Língua Portuguesa no sistema educacional e por ter em seu corpo docente grandes nomes da tradição filológica do país.

Para ilustrar a diversidade terminológica existente antes da NGB, encontramos em Henriques (2009, p. 15) doze diferentes termos para fazer referência ao que hoje conhecemos por *adjetivo*<sup>9</sup>, quais sejam: 1) *Adjunto atributivo*; 2) *Adjunto restritivo*; 3) *Adjunto limitativo*; 4) *Adjunto adjetivo*; 5) *Adjunto determinativo*; 6) *Adjunto demonstrativo*; 7) *Complemento atributivo*; 8) *Complemento restritivo*; 9) *Complemento limitativo*; 10) *Complemento adjetivo*; 11) *Complemento qualificativo*; 12) *Complemento do nome, não preposicionado*. De modo similar, Kenedy (2010) ilustra quatro denominações para o que conhecemos como *complemento nominal*, quais sejam: 1) *objeto nominal*, 2) *complemento restritivo*, 3) *complemento terminativo*, 4) *adjunto restritivo*.

O uso de gramáticas como instrumento pedagógico era predominante nesse período. Essas eram construídas para atender elite e para nortear o ensino da norma-padrão (VIEIRA, 2018). Todavia, a flutuação terminológica conferia grandes dificuldades ao ensino da língua, como ilustra Gildásio Amado – ex-diretor do Ensino Secundário e ex-professor do Colégio Pedro II – na apresentação da obra *Gramática resumida: de acordo com a nova nomenclatura gramatical*, de Irmão Arnulfo:

O problema da falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso entre nós nas escolas e na literatura didática, de há muito vinha preocupando nossos filólogos e autoridades pedagógicas, sem que se concretizassem as várias propostas feitas pelos primeiros para a sua solução ou que lograssem êxito as tentativas das autoridades administrativas que com eles se ocuparam (AMADO, 1960, *apud* ARNULFO, 1960, apresentação).

---

<sup>9</sup> Os termos foram obtidos como respostas ao exame da Faculdade Nacional de Odontologia, no Rio de Janeiro.

A NGB não foi, no entanto, a primeira tentativa de gestão da língua no escopo do Colégio Pedro II. De acordo com Evanildo Bechara – professor, gramático e contemporâneo à criação da NGB –, em entrevista, (RETONDAR *et al.*, 2000, p. 52), o primeiro ensaio de uma gestão de língua acontece pela direção do Colégio com a chamada reforma de Fausto Barreto, na década de 1870, nos termos e condições que seguem, com ênfase para os exames preparatórios:

Um grupo de linguistas do colégio Pedro II se dedica a uma modificação do estudo do português, a fim de se afastarem da influência de Portugal. Buscavam outras filiações teóricas. A partir desse movimento, o Inspetor daquela instituição solicita a um catedrático do colégio, Fausto Barreto (Fausto Carlos Barreto; 1852-1915), que elabore um programa para ser seguido nos exames preparatórios. A partir dessa iniciativa, surge uma série de gramáticas no Curso de Gramatização Brasileira do Português (GUIMARÃES, 1996 *apud* RETONDAR *et al.*, 2000, p. 52).

A inconsistência terminológica também é observada por Bechara ao ratificar a existência de uma flutuação terminológica na referenciação de categorias em todo o ensino, além de ilustrar que cada professor usava uma nomenclatura nas suas aulas ou nos seus livros. O professor explica: “nós éramos autodidatas e cada autor de gramática trazia a sua nomenclatura, ou da sua tradição gramatical” (RETONDAR *et al.*, 2000, p. 52), de modo que cada professor na sala de aula ou na produção de seus livros, trazia uma nomenclatura distinta. O filólogo acrescenta ainda que “[h]avia uma pletora de nomes técnicos e isso causava um grande problema não só para o professor da sala de aula, mas também para o aluno” (RETONDAR *et al.*, 2000, p. 52). Duas outras situações são apontadas: a primeira era comum quando um aluno mudava de turma e a segunda quando eram realizados testes orais:

(01) [S]e o aluno saísse da sala de um professor que adotasse a nomenclatura A, ao passar para o segundo ano, encontraria outro

professor que adotava a nomenclatura B (BECHARA *apud* RETONDAR *et al.*, 2000, p. 52).

(02) [N]aquele tempo, havia uns exames orais e, às vezes, um aluno que se tinha saído bem com o professor da esquerda, num exame oral, ao passar para o professor da direita, poderia sair-se mal em virtude das diferenças de nomenclatura (BECHARA *apud* RETONDAR *et al.*, 2000, p. 53).

O professor Bechara revela, assim, que a vontade de unificação da nomenclatura era um desejo antigo, um “sonho”, muito embora o projeto só tomou forma a partir de 1950 com a chegada dos primeiros cursos de Linguística Geral, cujos pressupostos teóricos trouxeram para o ensino uma nomenclatura diferente da usada pelos professores de Língua Portuguesa, de tradição filológica.

Dado o exposto, fica evidente, uma estrita relação entre o Colégio Pedro II, notadamente em sua relação com os cursos preparatórios e o uso de gramáticas como materiais pedagógicos, na acentuação da necessidade pragmática de uma unificação terminológica.

#### **4.1.4 O processo de gramatização das línguas europeias e a terminologia gramatical brasileira**

Embora um tanto distante temporalmente, cabe aqui retomar o modelo da gramatização renascentista do século XV para entender a vinculação da NGB ao modelo teórico-descritivo de base latina. Por gramatização estamos entendendo o processo de descrição e instrumentalização de uma língua a partir da produção de gramáticas e dicionários, no século XV, conforme definido por Aurox (1992), referindo-se ao processo de gramatização das línguas europeias.

Informa-nos Vieira (2018) que a gramatização das línguas europeias seguiu um modelo de unidade linguística de origem latina, denominado “latinização estendida”, conforme proposto por Aurox (1992). O referido processo consistiu na unificação teórica, na homogeneidade conceitual e na identidade metalinguística entre as

gramáticas renascentistas. Essa unidade terminológica de base latina atravessou as primeiras gramáticas luso-brasileiras e se estendeu às gramáticas brasileiras, do final do século XIX ao início do século XX. Contudo, paralelamente ao aumento do número de gramáticas produzidas para uso escolar na primeira metade do século XX, observou-se uma diversidade de termos e conceitos para se referir aos fatos da língua (VIEIRA, 2018), impulsionando, simultaneamente, a diversidade terminológica e a formação de uma vontade de unificação, que mais tarde viria a culminar na NGB.

Dado o exposto, a nomenclatura que chegou ao alcance da NGB foi baseada no escopo teórico-terminológico de base latina e se fixou no ensino e na produção das gramáticas pós NGB. Faz-se importante notar que o documento recebeu e vem recebendo muitas críticas, especialmente pelas atuais pesquisas linguísticas, sob a ótica de que a fixação dos termos voltados para a análise da oração, limitam, engessam e impedem uma maior reflexão sobre os fatos linguísticos, principalmente aqueles que extrapolam os limites dessa unidade linguística de análise da gramática tradicional.

Nessa perspectiva, podemos destacar a crítica de Adriano da Gama Kury (1959), gramático contemporâneo à promulgação da Portaria, no prefácio da sua *Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical*, publicada pela primeira vez em março de 1959, dois meses após a Portaria de nº 36. No texto, Kury (1959, p. 16) afirma que “[...] a NGB não se pode nem deve considerar definitiva, precisando aperfeiçoar-se com sugestões oportunas [...]”, ou seja, o gramático reconhece, não só nesse trecho do prefácio da 2ª edição, mas também em outros, da 1ª e da 4ª, a necessidade de revisão da nomenclatura. O autor pontua que há algumas discordâncias de sua parte quanto a algumas escolhas terminológicas da NGB, confirmando, inclusive, ter feito alterações e comentários na sua própria gramática a esse respeito. Tendo em vista o exposto, é possível, recuperarmos Johnson (2009, p. 149), para quem “as políticas são necessariamente multiautoras”<sup>10</sup>, isto é, há a

---

<sup>10</sup> No original: “(...) policies are necessarily multiauthored” (JOHNSON, 2009, p. 149).

participação de diferentes agentes em sua elaboração, ainda que atuem posteriormente à *criação* de fato.

Os fatores macro e microsociopolíticos apontados espelham a efervescência, na primeira metade do século XX, em torno do país e do ensino do português, que funcionaram, em conjunto, como motivação para a unificação da nomenclatura gramatical brasileira. Percebemos que alguns dos fatores que influenciaram a unificação gramatical são macropolíticos enquanto outros são micropolíticos. No entanto, é notório que os segundos são sempre decorrentes dos primeiros. Assim, podemos dizer que os fatores macropolíticos e a “atmosfera sociopolítica da época”, orientaram a formação de um pensamento sobre a necessidade de uma unificação terminológica – que deixa de ser entendida em uma perspectiva estrita e puramente linguístico-pedagógica para ser compreendida como um curso de políticas maiores do Estado. Logo, concordando com Calvet (2007, 36), compartilhamos do pensamento de que “[...] na política linguística há também políticas e [...] as intervenções na língua têm um caráter eminentemente social e político”.

Desta forma, pensar o curso sociopolítico também nos ajuda a pensar o interesse do Estado em dar concretude à uniformização da NGB. A relação aqui estabelecida com outras políticas reforça o pensamento de Johnson (2009), para quem estas são heterogêneas, pois, especialmente no processo de *criação*, recebem influência das crenças e dos valores de quem as elabora, como também de outras políticas já existentes.

#### 4.2 Quem foram os elaboradores da NGB?

De acordo com Johnson (2009, p. 148), as crenças de quem elabora uma política orientam o seu discurso e a sua interpretação sobre os objetivos da própria política. De modo análogo, compreender essas crenças possibilita o entendimento e a explicação do contexto de criação do texto, no caso, a política, assim como a influência desse texto

na interpretação de outros. De forma específica, neste trabalho, importa-nos compreender o que a NGB representou em seu contexto de criação, ou para aqueles que estavam relacionados a esses agentes, e o reflexo de outras políticas em sua construção.

A NGB foi elaborada, durante a gestão de Clóvis Salgado no Ministério da Educação, por um grupo constituído pelos Professores Antenor Nascentes (presidente da comissão), Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, além dos que exerciam a função de secretários desta comissão: Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia – todos de formação filológica e professores do Colégio Pedro II, da rede Federal de Ensino, situado no Rio de Janeiro.

Neste ponto, dois fatos merecem ser mencionados, embora pouco conhecidos, já que importam no curso de *criação* da portaria. O primeiro, diz respeito à relação ao conhecimento técnico do professor Clóvis Salgado, visto que era filólogo e professor. Nesse sentido, seu papel de agente político, de Secretário Geral da Educação e Cultura, à época, o aproxima e lhe confere propriedade a respeito da dificuldade terminológica que permeava o espaço da sala de aula, assim como, da necessidade de concretização de uma uniformização terminológica gramatical.

O segundo, de caráter particular, refere-se à aproximação do professor Celso Cunha, à época diretor da Biblioteca Nacional, do professor Clóvis Salgado, ministro de Educação. Para além de uma relação profissional, Celso Cunha e Clóvis Salgado possuíam uma estreita amizade, de acordo com Antônio José Chediak, em depoimento, à Academia Brasileira de Letras, no dia 13 de abril de 1999 (HENRIQUES, 2009). Essa amizade, a nosso ver, pode ter contribuído para o andamento do processo de abertura do anteprojeto de elaboração da NGB.

Inicialmente, a comissão foi nomeada por meio da Portaria Ministerial nº 152, em 24 de abril de 1957, para apresentar o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da

Nomenclatura Gramatical Brasileira. Distante quase dois anos, em 28 de janeiro de 1959, foi publicada a Portaria Ministerial nº 36, instituindo a NGB, Nomenclatura Gramatical Brasileira, – por meio da recomendação e do aconselhamento de que aquela entrasse em vigor, conforme portaria que ilustramos a seguir:

Quadro 1 – Apresentação da NGB.

PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959

O Ministro do Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria nº 152, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüistas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, resolve:

Art.1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

[...]

Clóvis Salgado

Fonte: Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959.

Da leitura da portaria, chama atenção o caráter de sugestivo, no sentido de que não há uma orientação impositiva no cumprimento da nova terminologia: “Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira”. A primeira versão do documento, elaborada por Rocha Lima contava com 39 páginas e trazia além dos termos, os conceitos gramaticais já desenvolvidos, o que, na opinião de alguns críticos, engessava a produção das gramáticas e as deixava muito restrita à conceituação oficial, sem qualquer manifestação de individualidade e diversidade teórica. Após a revisão do documento, em sua versão final, com 19 páginas, ficaram apenas as terminologias a serem empregadas, de modo que os gramáticos passaram a ter liberdade para conceituarem a partir de suas perspectivas teóricas. A título de demonstração, segue, primeira parte da NGB:

Quadro 2 – Primeira parte da NGB.

<p>PRIMEIRA PARTE</p> <p>Fonética</p> <p>I – A FONÉTICA pode ser: Descritiva, Histórica e Sintática.</p> <p>II – FONEMAS: vogais, consoantes e semivogais.</p> <p>1. Classificação das vogais – Classificam-se as vogais:</p> <p>a) quanto à zona de articulação, em: anteriores, médias e posteriores;</p> <p>b) quanto ao timbre, em: abertas, fechadas e reduzidas;</p> <p>c) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais;</p> <p>d) quanto à intensidade, em: átonas e tônicas.</p> <p>2. Classificação de consoantes – classificam-se as consoantes:</p> <p>a) quanto ao modo de articulação, em: oclusivas, constrictivas: fricativas, laterais e vibrantes;</p> <p>b) quanto ao ponto de articulação, em: bilabiais, labiodentais, linguodentais, alveolares, palatais e velares;</p> <p>c) quanto ao papel das cordas vocais, em: surdas e sonoras;</p> <p>d) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais.</p>
--

Fonte: Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959.

Ainda que a NGB tenha sido constituída apenas por uma lista terminológica e classificatória, conforme se observa no quadro acima, a escolha dos termos não aconteceu sem que houvesse divergência de opinião entre os agentes elaboradores. Bechara detalha como foi realizada a definição dessa terminologia:

As decisões aconteciam da seguinte forma: o professor Nascentes colocava um termo em discussão, via a escolha dos nomes para aquele termo técnico, havia a opinião dos quatro professores. Diante da discussão, sem que se chegasse a um acordo entre os quatro componentes da comissão, o professor Nascentes colocava em votação. Aquela nomenclatura que obtinha mais votos que a outra proposta era escolhida pra NGB. [...] [N]enhum daqueles cinco membros da comissão adotaria *in tötum* a NGB. Mas, como prevalecia a preferência do voto, o professor Nascentes fazia uma eleição e aquele nome passava a ser o nome oficial [...] de modo que, nenhum dos cinco membros da NGB, rigorosamente, assinaria e aprovaria todos os termos da NGB. (*apud* RETONDAR *et al.*, 2000, p. 56-57).

A partir do excerto, vê-se que a escolha do termo, quando não se havia consenso, era realizada por meio de votação. É interessante perceber que não havia conformidade nem mesmo entre os membros da própria comissão, revelando diferentes perspectivas sobre a preferência terminológica e corroborando, mais uma vez, com Johnson (2009, p. 149), para quem “as políticas são necessariamente multiautoras”<sup>11</sup>.

### 4.3 Qual é o objetivo da NGB?

Há duas diferentes maneiras de se perceber o objetivo de criação da NGB. A primeira forma é observando a materialidade textual da lei e a segunda é relacionando – aos aspectos macrossociopolíticos. O objetivo explícito do documento reclama “uma terminologia simples, adequada e uniforme” – a fim de atender ao “tríplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho”, a saber: “i) a exatidão científica do termo; ii) a sua vulgarização internacional; e iii) apresenta sua tradição na vida escolar brasileira”, conforme apresentado, a seguir, no texto de apresentação nomenclatura:

Quadro 3 – Texto de apresentação da NGB.

A 'NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA' (NGB)

Uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de acordo como trabalho aprovado pelo Sr. Ministro Clóvis Salgado, elaborado pela Comissão designada na Portaria Ministerial número 152/57, constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

Rio de Janeiro, 1958.

Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura

A Comissão, abaixo assinada, tem a honra de passar às mãos de V. Ex. a o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira,

<sup>11</sup> No original: “[...] policies are necessarily multiauthored” (JOHNSON, 2009, p. 149).

já em redação final. O presente Anteprojeto é resultante não só de um reexame, pela Comissão, do primitivo, mas ainda do estudo, minucioso e atento, das contribuições remetidas à CADES pela Academia Brasileira de Filologia do País, pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e, individualmente, por numerosos e abalizados professores de Português. Releva salientar que a Comissão, ao considerar as modificações propostas, teve sempre em mira a recomendação de V. Ex. a constante da Portaria Ministerial nº 152- “uma terminologia simples, adequada e uniforme” – bem como atender ao tríplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho:

- a) a exatidão científica do termo;
- b) a sua vulgarização internacional;
- c) a sua tradição na vida escolar brasileira.

Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959.

Os objetivos expressos na lei são de natureza linguístico-pedagógica e mostram a necessidade de uniformização, facilitando não apenas o ensino de Língua Portuguesa nas escolas, como também o atendimento à necessidade de uma uniformização para os processos seletivos de ingresso nas universidades, conforme descrito na imagem abaixo:

Quadro 3 – Texto de apresentação da NGB.

Art. 2.º - Aconselhar que entre em vigor:

- a) Para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1956;
- b) Para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91, a partir dos quais se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959.

Chama atenção o escopo que a portaria deseja atingir, delimitando seu alcance ao ensino e aos exames de verificação de aprendizado, como exames de admissão, adaptação e habilitação.

Uma segunda forma de depreender os objetivos é mediante a análise dos aspectos, de base social e política do contexto nacional, em meados da década de 1950,

expostos em tópicos anteriores, dentre os quais destacam-se: (i) o interesse na capacitação de mão de obra para suprir o mercado industrial como agenda política de Estado; (ii) a necessidade de melhorar a formação dos alunos que ingressariam no ensino superior, especialmente por serem da elite brasileira para ocupação das universidades (RAZZINI, 2000); (iii) atendimento às novas demandas das classes menos favorecidas em relação ao acesso à educação, com a institucionalização do ensino secundário, e à sua qualificação imediata.

## 5 Considerações finais

Neste trabalho, tomamos a Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959 como uma política linguística de unificação metalinguística a partir da noção ampliada de Política Linguística como processo (JOHNSON, 2009), contando com etapas distintas, dentre elas a *criação*. Para tanto, propomo-nos a responder às seguintes questões: (i) *quais foram os processos sociopolíticos e históricos que levaram à criação da NGB?*; (ii) *quem foram os elaboradores da NGB e quais foram suas intenções?*; (iii) *qual é o objetivo da NGB?*

No tocante à primeira pergunta, *quais foram os processos sociopolíticos e históricos que levaram à criação da NGB?*, observamos que, para além dos propósitos pedagógico explícitos, o contexto macrossocial foi fundamental para o delineamento de um cenário propício para a elaboração da NGB. Acreditamos que a existência de leis educacionais, voltadas para o ensino secundário, anteriores à nomenclatura foi significativa, visto que aumentaram a carga horária da disciplina de língua portuguesa e a colocaram como conhecimento essencial para a aprovação em exames para o ensino superior (RAZZINI, 2000). Assim, as leis para o ensino secundário constituíram os primeiros passos para a elaboração da NGB, cujos objetivos implícitos e explícitos convergiam para alcançar os objetivos dessas reformas educacionais, tanto as anteriores quanto às posteriores à lei.

Entendemos que os aspectos discutidos convergiram, em conjunto, para a promulgação da portaria de unificação da NGB. Logo, a unificação da nomenclatura pode ser concebida como produto da atmosfera sociopolítica de sua época e como remanescente de políticas estatais mais abrangentes, com destaque para: (i) *o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e regulamentação oficial do ensino*; (ii) *o crescente número de instituições de nível superior e a realização de exames para admissão*; (iii) *a necessidade pragmática de uma terminologia unificada para atender o ensino secundário*;

Ademais, essa política também teve reflexos na gramaticografia, discutida no ponto iv), denominado *o processo de gramatização das línguas europeias e a terminologia gramatical brasileira*. Embora a Gramatização seja compreendida como um processo macropolítico dentro de uma agenda de uma perspectiva histórica, em relação à promulgação da NGB, esse processo se desenvolveu, de certo modo, como um aspecto micro, uma vez que deu continuidade à terminologia da tradição gramatical, motivo pelo qual deve ser considerado, ainda que não seja um alvo direto das mudanças públicas.

Quanto à segunda questão, *quem foram os elaboradores da NGB e quais foram suas intenções?*, foi possível observar a atuação de agentes políticos, como o ministro Clóvis Salgado e, notadamente, não por acaso, agentes intelectuais de formação filológica, a saber, alguns professores do Colégio Pedro II, da rede Federal de Ensino – considerado o colégio referência (FARACO, 2006) e centro mobilizador de questionamentos e mudanças no que diz respeito ao ensino no Brasil da época. Cabe ressaltar, de forma positiva, a atuação, em sala de aula, desses professores envolvidos na elaboração do anteprojeto da NGB, pois retomando a política linguística enquanto *processo*, a participação efetiva dos agentes dos diferentes níveis nas decisões, colaboram de forma expressiva para que as políticas abarquem diferentes necessidades. No caso da NGB, se relaciona às necessidades pedagógica e de política de Estado.

Observamos ainda que os agentes eram oriundos de diferentes correntes teóricas e tinham, à vista disso, posicionamentos diferentes sobre a terminologia que deveria constar nessa nova nomenclatura. Mesmo com divergências, a NGB foi constituída seguindo as orientações do Ministério da Educação, na figura de Clóvis Salgado, dando continuidade à tradição terminológica gramatical greco-latina.

No tocante à terceira pergunta, *qual é o objetivo da NGB?*, observamos que o objetivo explícito da NGB foi padronizar os termos gramaticais, especialmente para suprir uma lacuna no ensino, ou seja, um objetivo estritamente linguístico e pedagógico. No entanto, ao aproximarmos essa Portaria ao contexto macrosociopolítico que já circundava o contexto de ensino, fomos conduzidas a associá-la a políticas de desenvolvimento econômico do país, o que nos direciona também a pensar em uma política linguística dentro de uma política maior de desenvolvimento nacional.

Percebe-se, assim, que a elaboração e os desdobramentos da NGB reforçam o papel e a relevância das políticas linguísticas no direcionamento e na consolidação da área disciplinar de Língua Portuguesa. Entretanto, em decorrência dos avanços dos estudos linguísticos e das novas demandas de ensino e da sociedade, a NGB parece não ser tão profícua como quando foi em sua elaboração ou como se pretendia que fosse. Nesse sentido, analisá-la a partir das colocações de Johnson (2009), para quem as políticas são heterogêneas, nos mostra a necessidade de repensá-la e adequá-la ao contexto atual. A NGB se torna alvo de críticas tanto pelos próprios membros do grupo, quanto por estudiosos e professores. Essas críticas continuam, principalmente pela NGB não acompanhar os estudos linguísticos e por ter “engessado” o ensino de língua.

Os fatores macro e macrosociopolíticos aqui recuperados nos ajudaram a compreender o processo de criação da NGB. Observamos que os fatores macropolíticos e a “atmosfera sociopolítica da época” orientaram a formação de um

pensamento sobre a necessidade de uma unificação terminológica – que deixa de ser entendida em uma perspectiva estrita e puramente linguístico-pedagógica para ser compreendida também como uma concretude de políticas maiores de Estado Nacional.

## Referências

AMORIM, M. da S. NGB e NGP: uma comparação entre nomenclaturas. **Domínios de Lingu@gem**, v. 2, n. 2, fev. 2011.

ARNULFO, I. **Gramática resumida**: de acordo com a nova nomenclatura gramatical. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BRASIL. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: 1959. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>

BALDINI, L. J. S. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. 1999. 112 f. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1999.

CALVET, L-J. Nas origens da Política Linguística. *In*: CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. Cap. I, p. 11-36.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FRANCO, M. I. S. M.; ALMEIDA, M. E.; ZANON, M. A. de A. T. O porta-voz da NGB. *In*: BASTOS, N. M.; PALMA, D. V. **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

GONÇALVES, A. **Métodos e Técnicas de Investigação Social I**. Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2004.

GUIMARÃES, E. **Apresentação: Maximiano e um pouco de História**. Relatos nº3. História das ideias linguísticas no Brasil. Disponível em [https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_03.html](https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html). Acesso em: 5 out. 2020.

HENRIQUES, C. C. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

JOHNSON, D. C. Ethnography of language policy. **Language policy**, v. 8, n. 2, p. 139-159, maio, 2009. DOI <https://doi.org/10.1007/s10993-009-9136-9>

JOHNSON, E. J. Arbitrating repression: language policy and education in Arizona. **Language and Education**, vol. 26, no. 1, p. 53-76, January, 2012. DOI <https://doi.org/10.1080/09500782.2011.615936>

JOHNSON, D. C.; RICENTO, T. Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy. **International Journal of the Spciology of Language**, n. 219, p. 7-21, 2013. DOI <https://doi.org/10.1515/ijsl-2013-0002>

JOHNSON, D.C.; JOHNSON, E. J. Power and agency in language policy appropriations. **Language Policy**, v. 14, n. 3, p. 221-243, 2015. DOI <https://doi.org/10.1007/s10993-014-9333-z>

KENEDY, E. Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**. Nilópolis, v. 1, número 1, jan. - abr. 2010.

KURY, A. G. **Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959.

LIN, A. M. Y. Researcher positionality. *In*: HULT, F. M.; JOHNSON, D. C. (org.). **Research methods in Language Policy and Planning: a practical guide**. UK: Wiley Blackwell, p. 21-32, 2015. DOI <https://doi.org/10.1002/9781118340349.ch3>

NEVES, M. H. M. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. **Alfa: Revista de linguística**. São José Rio Preto, v. 55, n. 2, p. 641-664, dez. 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S1981-57942011000200013>

RAZZINI, M. P. G. **O espelho da nação: a Antologia nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971)**. 2000. 442 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

RETONDAR, H. C. *et al.* Tradição e atualidade: uma tarde na ABL com Evanildo Bechara. *In: CÂMARA, T. M. N. L. et al. (org.). Evanildo Bechara e os bastidores da NGB.* Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020.

RICENTO, T. Historical and Theoretical Perspectives in Language Policy and Planning. *Journal of Sociolinguistics*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 196-213, 2000. DOI <https://doi.org/10.1111/1467-9481.00111>

RICENTO, T. K.; HORNEMBERG, N. H. Unpeeling the Onion: Language Planning and Policy and the ELT Professional. *Tesol Quarterly*, vol. 30, n. 3, p. 401-427, out. 1996. DOI <https://doi.org/10.2307/3587691>

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZMAN, S. Gustavo Capanema e a Educação Brasileira: uma interpretação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 66, n. 153, maio - ago., p. 265-272, 1985.

SILVA, A. M. M. **A classificação dos verbos e das vozes verbais no português brasileiro: uma proposta de revisão da nomenclatura gramatical brasileira a partir da teoria da regência e ligação.** 2011. 118 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, F. S. P. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira na sala de aula.** 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado profissional em Letras). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

SOUSA, S. C. T.; PEREIRA, A. C. V. B.; VILAR, J. H. B. A redação do Enem sob a ótica da Política Linguística: um estudo da competência 5. *Revista Muitas Vozes*. Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 196-215, 2019. DOI <https://doi.org/10.5212/MuitasVozes.v.8i2.0007>

SOUSA, S. C. T. de.; PONTE, A. S.; SOUSA-BERNINI, E. N. B. A área de política e planejamento linguístico no cenário internacional e nacional. *In: SOUSA, S. C. T. de.; PONTE, A. S.; SOUSA-BERNINI, E. N. B. (org.) Fotografias da política linguística na pós-graduação no Brasil [recurso eletrônico].* João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

VIDAL NETO, J. B. C. **A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940).** 2020. 326 f. Tese

(Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

Artigo recebido em: 30.06.2021

Artigo aprovado em: 22.09.2021